



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



PLANO DE TRABALHO

1 – CONCEDENTE

Órgão: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás	CNPJ: 02.529.964/0001-57
Gestor: Sérgio Alberto Cunha Vencio	Processo: 202300010064663
Endereço: Rua SC-1, 299 – Parque Santa Cruz – Goiânia-GO	

2 – IDENTIFICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nome: Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha de Goiás	CNPJ do FMS: 11.899.105/0001-40
Gestor: KENIA AUGUSTA ISMAEL CORREIA	CPF: 013.664.021-46
Endereço: AV. TIRADENTES QD 28 LT 10 N. 202 SETOR CENTRAL SANTA TEREZINHA DE GOAS CEP 76500-00	
Dados bancários: Banco: 104 Agência: 4805 Conta-corrente: 71.196-5	

3 – DADOS DA UNIDADE ASSISTIDA

Unidade: HOSPITAL MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE GOIAS		CNES: 2535270
Endereço: RUA RAIMUNDO FERNANDES DA SILVA N:308 SETOR: CENTRO		
Cidade: SANTA TEREZINHA DE GOIAS	Esfera Administrativa: Pública Natureza: MUNICIPAL	
Serviços ofertados: (X) Ambulatorial () Internação () UTI (X) SADT (X) Hospital dia ☐ Outros:		

4 –DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do projeto: CUSTEIO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, HOSPITAL DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIAS	Período de execução: 12 meses	
	Início: a partir da assinatura	Término: 12 meses após assinatura
Identificação do objeto: CUSTEIO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, HOSPITAL DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIAS		
Justificativa: O Município de. SANTA TEREZINHA DE GOIAS tem uma boa estrutura da atenção básica, contando com 03 PSFs e 01 hospital, quando se trata de recursos para o custeio de medicamentos, e aquisição de combustíveis para os veículos da saúde em seu deslocamento administrativo e/ou com pacientes, far-se-á necessário para que nosso atendimento aos usuários seja de uma contribuição com melhor qualidade, ampliando assim o impacto de soluções que dignifiquem o atendimento de qualidade e excelência aos usuários, sendo com a complexibilidade diária sobre as condições de saúde da população e sobre a satisfação dos seus usuários, por meio de estratégias de facilitação do acesso.		

5 – METAS A SEREM ATINGIDAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LEITOS			
1 – Internação hospitalar parâmetros: taxa de ocupação: 90%			
Descrição Cirurgia Geral, Clinica Geral, Obstetrícia Cirúrgica, Pediatria Clinica	Quantidade	Leitos/dia	Meta
Capacidade instalada -	35		
Meta – 100% da capacidade	31		
ATENDIMENTO			
Descrição	Quantidade realizada/mês		
Prontuários Abertos	0		
Pacientes Atendidos	2.327		
Consultas Médicas	929		
Cirurgias Realizadas	3		
Internações	19		
Punção para Mielogramas	0		
Farmacêuticos Contratados	1		
Enfermeiros Contratados	8		
Técnico de Enfermagem Contratados	23		

6 – VALOR DO PROJETO

Valor global: 2.000.000,00	Valor mensal:
----------------------------	---------------

7 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ANO: 2023		ANO: 2024	
Mês	Valor em R\$	Mês	Valor em R\$
Janeiro		Janeiro	
Fevereiro		Fevereiro	
Março		Março	
Abril		Abril	
Maio		Maio	
Junho		Junho	
Julho		Julho	
Agosto		Agosto	
Setembro		Setembro	
Outubro		Outubro	
Novembro	2.000.000,00	Novembro	
Dezembro		Dezembro	

8 – OBRIGAÇÕES

8.1 – Da concedente

- I – Realizar o repasse dos recursos, na modalidade fundo a fundo, conforme cronograma de desembolso;
- II – Suspender os repasses em caso de não prestação de contas.

8.2 – DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- I – Firmar instrumento jurídico com a unidade assistida para viabilizar os repasses de recursos financeiros recebidos da Concedente, conforme o caso;
- II – Realizar os repasses dos recursos recebidos da Concedente à Unidade Assistida em até 5 (cinco) dias úteis, a contar do crédito do montante no Fundo Municipal de Saúde, conforme o caso;
- III – Garantir o acesso aos serviços de saúde descritos no quadro de metas;
- IV – Não utilizar os recursos disponibilizados para execução do projeto em:
 - a - taxas ou comissões de administração, gerências ou similares, ou, ainda, gratificações, consultorias, assessorias técnicas ou de qualquer espécie de remuneração adicional a servidor ou contratado que pertença aos quadros do

beneficiário, de órgãos ou de Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais;

b - pagamento de aposentadorias e pensões;

c - assistência a saúde que não atenda ao princípio da universalidade;

d - finalidade diversa do objeto ou da forma estabelecida do plano de trabalho, ainda que em caráter de emergência;

e - atribuições de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

f - despesas com publicidade;

g - despesas com taxas bancárias, multas, juros ou atualizações monetárias, inclusive referentes a pagamentos e recolhimentos efetuados fora dos prazos, ressalvadas as hipóteses constantes de legislações específicas; e

h - despesas em data anterior ou posterior a vigência do plano de trabalho, quando a ação não for de caráter continuado.

V – Franquear o acesso aos componentes do Sistema Nacional de Auditoria do SUS a qualquer momento ou época, independente de aviso prévio;

VI – Realizar a prestação de contas da utilização dos recursos;

VII – Movimentar os recursos recebidos do Plano em conta-corrente aberta especificamente para este fim.

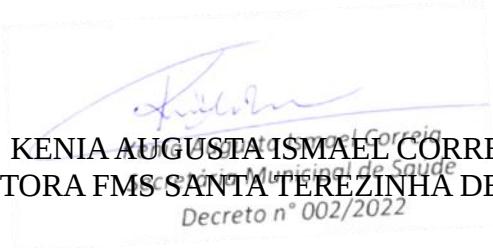
9 – DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

A Prestação de Contas, parcial ou final, relativa aos repasses por meio de Portaria, na modalidade fundo a fundo, é obrigatória, conforme disposto em legislação específica e suas alterações. A Prestação de Contas Parcial consiste na documentação a ser apresentada para comprovar a execução de uma ou mais parcelas recebidas quando os recursos forem liberados na forma de parcelas ou após 6 (seis) meses da sua transferência. Quando a liberação dos recursos ocorrer em 3 (três) ou mais parcelas, a prestação de contas parcial referente à primeira parcela é condição para a liberação da terceira e a prestação referente à segunda, para a liberação da quarta, e assim sucessivamente. A Prestação de Contas Final, produto da consolidação das Prestações de Contas Parciais ou referentes ao total recebido de uma só vez, é aquela apresentada depois da consecução do objeto ou objetivos pactuados, até 60 (sessenta) dias após sua execução.

10 – DECLARAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Na qualidade de representante legal da Fundo Municipal de Saúde, declaro, para fins de prova junto à Secretaria de Estado da Saúde – SES/GO, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem débitos de qualquer natureza junto a quaisquer órgãos ou Entidades da Administração Pública Estadual, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento do Fundo Estadual de Saúde – FES, na forma deste Plano de Trabalho.

Santa Terezinha de Goiás, 22 de novembro de 2023



KENIA AUGUSTA ISMAEL CORREIA
GESTORA FMS SANTA TEREZINHA DE GOIAS
Decreto nº 002/2022

11 – APROVAÇÃO DA CONCEDENTE

Ante a manifestação favorável das áreas técnicas da SES/GO envolvidas na avaliação da viabilidade de execução do presente Plano de Trabalho, conforme pareceres e despachos acostados nos autos, o Secretário de Estado da Saúde **APROVARÁ** o Plano de Trabalho por meio da homologação da Portaria a ser publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás, determinando sua execução, observadas as regras da Portaria que instituiu o financiamento.